



GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de conteúdos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

Ayahuasca e estratégias de não esquecimento: patrimônio cultural e práticas de resistência

Autoria: Maíra de Oliveira Dias (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

O presente work reúne as primeiras impressões da pesquisa doutoral em curso observando o espectro do patrimônio cultural em comunidades ayahuasqueiras religiosas e indígenas. O pedido de registro do uso ritual da ayahuasca como patrimônio imaterial brasileiro realizado por grupos religiosos tradicionalistas, em 2008, e as questões técnicas e políticas que foram suscitadas nestes mais de dez anos de transcurso do processo; bem como desdobramentos e ações correlatas que direta ou indiretamente adicionaram visões sobre o tema como as três edições da Conferência Indígena da Ayahuasca realizadas no Acre em 2017, 2018 e 2019, reunindo representantes dos povos indígenas acreanos, entre outros. Cartografando as redes como quem segue o entrelaçar do cipó, para além da singularidade da agência da bebida ou mesmo das plantas psicoativas nos processos de memória, delineiam-se primeiramente duas reflexões: a aplicabilidade ou não das ferramentas de patrimonialização eurocentradas em realidades culturais complexas e híbridas como são as comunidades ayahuasqueiras religiosas e indígenas; e a identificação de estratégias de não-esquecimento, sendo estas as dinâmicas que já ocorrem e que tem garantido a salvaguarda dessas culturas de forma autônoma à política patrimonial vigente. Estas considerações trazem novos olhares sobre os conceitos de memória e patrimônio cultural e para sua prática, como um exercício não acadêmico, masêmico, e assim pode-se aprender meios efetivos de preservação das culturas não eurocentradas a partir do que elas já desenvolveram para sua própria resistência.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: